

Ofício das Mães e Pais da Comunidade de Aranha - Brumadinho

Aranha, 27 de setembro de 2022.

À

Luís Otávio Milagres de Assis

Coordenador do Comitê Gestor Pró-Brumadinho

Representante de Governo do Estado de Minas Gerais

Carlos Bruno Ferreira da Silva

Procurador da República

Representante do Ministério Público Federal

Leonardo Castro Maia

Promotor de Justiça

Representante do Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Antônio Lopes de Carvalho Filho

Defensor Público

Representante da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

Prezadas e Prezados,

Em resposta ao ofício 140/2022 enviado pelos compromitentes do acordo de reparação do crime da Vale na Bacia do Paraopeba para a comunidade do Aranha, gostaríamos de dar trazer algumas questões.

Agradecemos em muito a atenção dada em resposta ao nosso ofício de 10 de maio – A Carta de Aranha, pois como sabem, muito nos preocupa a situação que vivemos aqui na comunidade. Iremos pontuar algumas questões apresentadas no ofício que recebemos:

No parágrafo 3 do ofício:

“Os resultados desses estudos (FIOCRUZ) serão base para ações e medidas de saúde pública. Neste sentido, informamos que a SES/MG está em articulação com a Secretaria Municipal de Saúde de Brumadinho, o Ministério da Saúde e as Instituições de Justiça do Estado de Minas Gerais para a construção de medidas e programas em resposta aos resultados apontados pelas pesquisas da Fiocruz”,

Vocês nos informam sobre a “construção de medidas e programas” em resposta aos resultados da pesquisa da Fiocruz/UFRJ – perguntamos: em que momento a comunidade será chamada para dialogar sobre as propostas que estão sendo construídas? Cabe dizer que pedimos uma reunião com os compromitentes e outros órgãos do Estado desde o dia 10 de maio de 2022, ainda fizemos novo pedido à diversas coordenações do MPE no dia 21 de julho, e ainda não tivemos esta sonhada reunião. A comunidade está aflita,

precisamos ter algum espaço de diálogo, que o Estado possa ouvir as pessoas, para que vocês possam melhor perceber a situação que vivemos, isso ajudará nas decisões, que devem ser tomadas com base na nossa realidade. Não queremos que decisões sejam tomadas sem a nossa participação, como vem ocorrendo em todo o processo de desastre/crime, ainda, não aceitamos mudanças no sistema de captação e distribuição de água no Aranha sem antes conversar com a comunidade. Nossa comunidade tem por volta de 300 anos de existência e não podemos aceitar que decisões importantes para o nosso futuro sejam tomadas sem a nossa participação.

No parágrafo 4,

“Cumpre esclarecer, ainda, que estão em elaboração, conforme estabelecido no Acordo Judicial de Reparação, os Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE), que estão sendo realizados em toda a região atingida pelo rompimento, abrangendo 29 municípios, incluindo Brumadinho. Atualmente, os estudos estão na fase de oitiva das comunidades, na qual são realizadas reuniões com o poder público municipal, lideranças comunitárias e membros das comunidades, que relatam suas preocupações relacionadas com a exposição aos contaminantes do local.

Sobre o ERSHRE, 3 pessoas da comunidade do Aranha estiveram reunidas com o grupo EPA (de forma remota), mas infelizmente, não pudemos debater questões relacionadas a metodologia do estudo. Não ficou entendido qual o caminho para chegar nas áreas alvo e porque as comunidades não participaram desta etapa; não entendemos porque em parte dos materiais de divulgação do grupo EPA fala-se de contaminação a partir da “presença do rejeito no solo e nas águas”, e sabemos muito bem que a contaminação não é só onde a lama tóxica destruiu, toda a região do desastre está sobre os efeitos do rompimento (e das várias obras e bruscas intervenções que ocorreram depois do rompimento), inclusive, e de forma muito preocupante a comunidade do Aranha. Ainda não tivemos resposta, de como o estudo da Fiocruz/UFRJ irá integrar o estudo de risco, para isso, mais uma vez, insistimos na realização de uma reunião dos compromitentes com a comunidade.

No parágrafo 5,

“Em relação ao monitoramento da qualidade da água para consumo humano, realizado pela SES/MG, informamos que este contempla poços localizados na faixa de cerca de 100m de distância do rio Paraopeba. A escolha dos poços foi realizada de forma amostral, sob responsabilidade de cada município.

Sobre o monitoramento da qualidade de água, nossa comunidade está a mais de 100 metros do leito do Rio Paraopeba, neste caso qual será o procedimento, contanto que já se passaram mais 3,5 anos do desastre/crime?

No 6º parágrafo

“Atualmente, a SES/MG monitora 7 (sete) poços no município de Brumadinho e os resultados das análises laboratoriais são entregues mensalmente ao município, que é responsável por repassar as informações aos proprietários. Os moradores que possuem poços dentro da faixa dos 100m recebem água para consumo humano fornecida pela Vale através de caminhões pipa, sendo que estes veículos passam por manutenções e inspeções regulares e possuem controle da qualidade da água. A vigilância sanitária do município e a auditoria independente - AECOM - fazem a auditoria e acompanham as etapas de controle. Para maiores informações sobre o monitoramento da água para consumo humano realizado pela SES/MG, a população poderá

acessar os boletins já divulgados no site da Secretaria Além destas informações, as análises de água, de solo, de ar, e outras relacionadas à saúde e meio ambiente realizadas pela Vale/Arcadis estão disponíveis no site do Comitê Pró-Brumadinho, nas versões preliminares do Plano de Reparação Socioambiental,

Conseguimos acessar dois documentos via os sites indicados.

- 1) Vale/Arcadis – Plano de Reparação Sócioambiental da Bacia do Paraopeba: não identificamos nenhum resultado de análises de água, solo ou ar da comunidade do Aranha, solicitamos por gentileza, caso exista essas informações no plano, favor enviar para a comunidade;
- 2) Boletim Informativo da Secretaria do Estado da Saúde de MG https://saude.mg.gov.br/images/noticias_e_eventos/000_2019/Brumadinho/1%20Boletim%20Desastre%20Brumadinho%20verso%20finalizado%20-%202027-12-2019.pdf. Este foi o único boletim que conseguimos acessar via internet. Nele não consta nenhuma informação sobre a comunidade do Aranha, mas selecionamos alguns trechos que reafirmam nossas preocupações:

“Diante dos resultados identificados, recomenda-se que a população continue não utilizando a água das fontes que estão sendo monitoradas até o recebimento de orientações da Secretaria de Saúde do seu município” Pag. 19.

“No entanto, foram identificadas, pontualmente, resultados insatisfatórios para os parâmetros antimônio, arsênio, bário, chumbo, cromo, mercúrio, níquel e selênio que são substâncias que representam riscos à saúde.” Pag. 19.

Ainda não sabemos se existe alguma análise de metais pesados dos poços que estão localizados na comunidade do Aranha (além daquela realizada pela AEDAS), e daqueles que abastecem nosso sistema de coleta e distribuição de água. Quando ao monitoramento da AECOM não tivemos acesso aos resultados.

No parágrafo 8:

“Informamos, ainda, que o MPMG, por meio de sua 1ª Promotoria de Justiça de Brumadinho, instaurou o Inquérito Civil nº -0090.22.000138-3, cujo objetivo é apurar as possíveis fontes de contaminação por metais da população infantil do Distrito de Aranha, a partir dos resultados dos exames da Fiocruz. Atualmente, estão em andamento, em grau de prioridade, as análises técnicas que visam a proporcionar as respostas almejadas pela população local. Além disso, a 2ª Promotoria de Justiça de Brumadinho, por meio de sua Curadoria da Saúde, acompanha detidamente as ações realizadas pelo Município de Brumadinho para promover o devido atendimento assistencial às pessoas cujos resultados de exames apresentaram alterações”.

Muito nos alegra saber que foi aberto um inquérito na 1ª Promotoria de Brumadinho e que está acontecendo o acompanhamento pela 2ª Promotoria, e nos motiva mais uma vez de pedir de forma urgente uma reunião com o MPE e os demais comprometentes, podendo sim ter outros órgãos públicos como o MS, a SES e a SMS, pois no dia 21 de julho pedimos uma reunião com o MPE (CIMOS, Coordenadoria de Saúde e Promotoria de Brumadinho) que ainda não foi agendada. Recebemos um telefonema da promotoria local, mas não foi estabelecido um diálogo entre as pessoas da comunidade e os comprometentes. A nossa situação é muito delicada e complexa, portanto, é urgente

construir juntos saídas para esse grave problema. As propostas não dialogadas podem trazer “soluções” não adequadas e afetar ainda mais a nossa comunidade.

Nossas demandas, como **o abastecimento de água com água mineral para a comunidade e água para a escola municipal não foram atendidas**. Nossas crianças estão consumindo água que não sabemos qual a qualidade. Recentemente as crianças tiveram surtos de vômitos e diarreia, tem casas que a água chega com cor muito alterada. Perguntamos porque nossa comunidade e as crianças na escola não podem ter seus direitos de receber água mineral, sem riscos de contaminantes?

Também acreditamos ser necessário um intenso processo de análise das nossas águas e ar. Soubemos que uma equipe coletou água na comunidade, mas não fomos avisados e nem sabemos a procedência da equipe. Insistimos na necessidade das análises...até agora só recebemos as análises da FIOCRUZ/UFRJ e da AEDAS. E os resultados de ambas muito nos assustou.

Ainda, existem casos muito graves de crianças com altos níveis de metais pesados e mais de um tipo de metal, e essas crianças não estão tendo nenhum tipo de atenção especial.

Por fim, reiteramos nosso pedido de reunir de forma urgente com os compromitentes e que nossas demandas urgentes sejam atendidas.

Nos disponibilizamos da forma que for necessária para salvar nossas crianças desse tormento.

Atenciosamente,

Grupo de Mães e Pais do Aranha

Associação Comunitária do Aranha